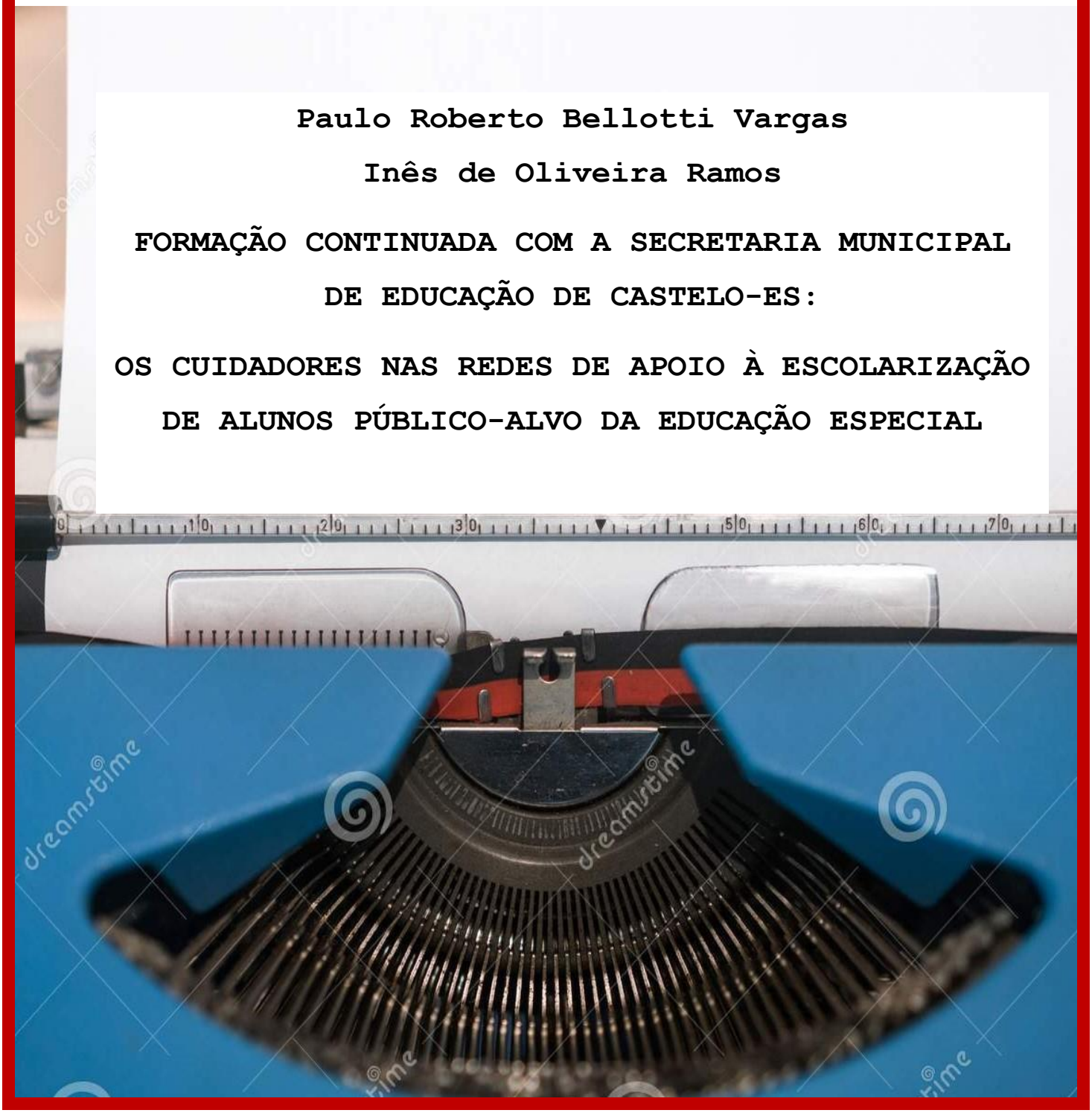
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Paulo Roberto Bellotti Vargas

Inês de Oliveira Ramos

FORMAÇÃO CONTINUADA COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CASTELO-ES:

OS CUIDADORES NAS REDES DE APOIO À ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL



“Nós não precisamos de muita coisa. Só precisamos uns dos outros” **(CARLITO MAIA).**

SUMÁRIO

1- APRESENTAÇÃO 04

2- INTRODUÇÃO 05

3- O PRODUTO EDUCACIONAL: PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA COM A EQUIPE TÉCNICO PEDAGÓGICA DA SEME - CASTELO 09

3.1- OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....11

3.2- O 1º MOMENTO DE FORMAÇÃO: MAPEANDO A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO 12

3.3- O 2º MOMENTO DE FORMAÇÃO: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM FOCO 17

3.4- O 3º MOMENTO DE FORMAÇÃO: OS CUIDADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL 21

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS 25

5- REFERÊNCIAS 30

1- APRESENTAÇÃO

O presente Caderno Informativo objetiva apresentar o produto educacional intitulado "*Formação continuada com a Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES: os cuidadores nas redes de apoio à escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial*". Traz uma proposta de formação continuada que envolveu a equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES com o objetivo de discutir os modos como os cuidadores vêm sendo incorporados às redes de apoio em Educação Especial e as implicações de tal política nos processos de ensino-aprendizagem. Os processos de formação se organizaram por meio de discussões teóricas e análise das políticas de Educação Especial implementadas pela municipalidade, constituindo, assim, três espaços-tempos de formação em contexto:

- Mapeando as políticas de Educação Especial na rede municipal de Castelo-ES com discussões sobre as redes de apoio (destacando-se as atividades dos cuidadores);

- O atendimento educacional especializado em foco;

- Os cuidadores em Educação Especial.

Ao todo, foram 24 horas de trabalho formativo. Para cada encontro, textos de pesquisadores da modalidade de Educação Especial foram utilizados para sustentar as discussões. O processo formativo buscou respaldo teórico em Boaventura de Souza Santos (2006, 2007) e autores do campo da Educação Especial e nos pressupostos da pesquisa-ação-colaborativa-crítica.

Esse movimento compôs oportunidades para os profissionais envolvidos realizarem aprofundamentos teórico-práticos e conhecimentos sobre os pressupostos da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar com destaque para as implicações dos cuidadores nos processos de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial.

2- INTRODUÇÃO

Os Programas de Pós-Graduação de Mestrados e Doutorados Profissionais são recentes no Brasil. Como componentes da pós-graduação, seus processos de efetivação iniciaram somente em 1998 (MENANDRO, 2010), sendo constituídos na área da Educação com muitas dúvidas e, ainda hoje, convivendo com desconfianças e temores no que tange ao rigor científico.

Para Menandro (2010, p. 369),

> [...] muitos temeram que, na contramão da elevação e da internacionalização da pós-graduação brasileira *stricto sensu*, o Mestrado Profissional exemplificasse a redução do nível de exigências que estaria permitindo a implantação de cursos de qualidade menor.

Com o passar do tempo, essa nova perspectiva de mestrado/doutorado vem, gradativamente, derrubando preconceitos e afirmando sua importância como uma possibilidade importante de formação continuada, especialmente na Educação, quando oportuniza aos profissionais que estão em efetivo exercício profissional avançar na própria qualificação, contribuir sobremaneira para uma educação de melhor qualidade e fortalecer a produção do conhecimento científico.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2016, o Centro de Educação apresentou uma proposta de Mestrado Profissional em Educação à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), sendo, em 2017, a proposta aprovada e iniciando as atividades formativas. O referido Curso fora reconhecido pelo Parecer CNE nº 182/2017, aprovado em 05/04/2017, e pela Portaria MEC nº 1.359, publicada no Diário Oficial da União, em 18/12/2018, seção 01, página 46. Assim, o Programa conta com as seguintes linhas de pesquisa: a) Docência e Gestão de Processos Educativos; b) Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão escolar.

Assume como público-alvo, profissionais em efetivo exercício nas escolas de educação básica, nas secretarias de educação, além de técnicos e docentes que atuam nas instituições de ensino superior, diplomados em cursos de graduação plena, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). O Curso de Mestrado Profissional em Educação da UFES busca contribuir para a educação de qualidade, apostando na oportunidade de formação continuada de professores e de técnicos que trabalham nas unidades escolares de Educação Básica e de Ensino Superior.

Uma característica própria do Mestrado Profissional é a produção da dissertação e do produto educacional, ambos, resultados da intervenção no espaço de pesquisa. Com a criação do Curso, tivemos a oportunidade de voltar à UFES, 33 anos depois de formado nesta instituição. Participamos do processo seletivo do ano de 2018, com aprovação na linha de pesquisa Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar. No primeiro semestre de 2019, iniciamos o processo formativo na pós-graduação no âmbito do PPGMPE.

Com o ingresso no PPGMPE, realizamos a pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES, compondo dados para a elaboração da dissertação de mestrado e para o produto educacional. Diante disso, trazemos neste Caderno Informativo, o produto educacional denominado "*Formação continuada com a Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES: os cuidadores nas redes de apoio à escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial*", constituído por meio de proposta de formação continuada com a equipe técnico-pedagógica da referida Secretaria de Educação, contando, inclusive, com aqueles que compõem a Equipe de Educação Especial.

A formação objetivou aprofundar os conhecimentos sobre os pressupostos da Educação Especial, ganhando destaque os modos como os cuidadores vêm sendo incorporados às redes de apoio. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar, bem como a Resolução 4/2009 e o Decreto nº 7.611/2011, os cuidadores são profissionais que apoiarão os alunos com maiores comprometimentos nas atividades de alimentação, locomoção e higienização. Entretanto, temos presenciado muitas redes capixabas de ensino estendendo suas funções para as atividades pedagógicas, mesmo sem a formação adequada.

Vários estudos realizados no campo da Educação Especial (MARTINS, 2011 VIEIRA, MARTINS, MARIANO, 2020) apontam o fato de esses profissionais assumirem função como apoio pedagógico, desconsiderando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 que dispõe sobre o trabalho pedagógico a ser realizado com os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deverá ser mediado por professores capacitados (licenciados em suas respectivas áreas de atuação) e docentes especializados,

especialistas nas subáreas da Educação Especial em que atua.

Assim, buscamos compor conhecimentos sobre a inserção dos cuidadores nas redes de apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial, adotando como campo de estudo a cidade de Castelo-ES, localizada no interior do Espírito Santo. Nas escolas municipais, destaca-se um elevado número de cuidadores em detrimento da quantidade de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Tal situação despertou nosso interesse pela investigação, pois se levarmos em consideração o número de alunos e o de professores especializados, percebemos, a supressão da contratação desses profissionais, por cuidadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial nº 9.394/96 promulga a necessidade de os sistemas de ensino compor redes de apoio à escolarização desses alunos, sinalizando o direito de acesso ao currículo escolar com apoio do atendimento educacional especializado, sendo ações realizadas por professores. Isso não desobriga as redes de ensino a inserirem outros profissionais nas redes de apoio, visando contemplar outras demandas trazidas por esses alunos para o contexto escolar, sem a sobreposição de funções/atribuições.

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. No inciso 1º cita: 'Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial' (BRASIL,1996, p. 25).

As redes de apoio pedagógicas devem levar em consideração a inclusão dos alunos nas classes comuns e o atendimento às especificidades de aprendizagem. Diante disso, emerge a oferta do atendimento educacional especializado que, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva, de 2008, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-

se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutiva à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008). Para tanto, emerge o pressuposto de que os sistemas de ensino tenham em seus quadros docentes profissionais da Educação com formação adequada para o atendimento às demandas de aprendizagem dos alunos, tendo como base o currículo escolar.

Diante dessa problemática, lançando uma escuta sensível às narrativas dos profissionais dessa rede, o presente produto educacional parte do seguinte questionamento: ***que ações formativas podem ser realizadas com a Secretaria Municipal de Educação para problematizar os modos como os cuidadores vêm sendo incorporados às redes de apoio em Educação Especial e as implicações dessa incorporação nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes nas escolas comuns*****?**

Apoiado em Santos (2006), temos uma pergunta forte que necessita de respostas potentes para que possamos contribuir com o processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Conforme consta na LDB nº 9.394/96, inciso III, cabe às redes de ensino, contratar professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Tal orientação não exime a compreensão de que, para além das questões pedagógicas, alguns estudantes necessitem de outros auxílios, emergindo a necessidade dos cuidadores. O fato de haver também a necessidade de cuidadores nas escolas não significa que estes devam substituir a contratação de professores, pois, tal conduta pode promover o enfraquecimento nas questões pedagógicas e a precarização da Educação Especial.

3- O PRODUTO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO CONTINUADA COM A EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA DA SEME/CASTELO-ES

Secretaria Municipal de Educação de Castelo/ES

FONTE: PESQUISADOR

Constatamos que são poucos os estudos sobre o tema que propomos. Analisamos vários estudos de mestrado e de doutorado elaborados em várias regiões do país, (MARTINS, 2011 CARVALHO, 2016; BURCHERT, 2018) e eles nos chamam a atenção para o fato de os cuidadores serem assumidos como uma política complexa, pois há de se reconhecer a demanda de alguns alunos por apoios na alimentação, higienização e locomoção, mas também há de se enfrentar o desafio de não suprimir a contratação de professores especializados mediante a existência de cuidadores nas escolas.

Detectamos, nos trabalhos analisados, lacunas de discussões com a equipe Gestora da Educação sobre os modos com que os cuidadores estão sendo inseridos nas redes de apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial. Diante disso, emerge a necessidade de problematizar os modos com que os cuidadores vêm sendo inseridos nessas redes de apoio. Para responder aos efeitos desse tensionamento e ao mesmo

tempo atender ao anseio dos participantes, organizamos e realizamos uma proposta de formação dos profissionais da Secretaria junto com a equipe técnico-pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES, estando, neste grupo, a equipe responsável pela Educação Especial.

Assim, o produto educacional da dissertação de mestrado é o resultado do desafio observado, tendo por base a relação teoria e prática e a materialização de proposta de formação constituída com os profissionais envolvidos na pesquisa, denominada de ***"Formação continuada com a Secretaria Municipal de Educação de Castelo-Es: os cuidadores nas redes de apoio à escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial".***

A proposta de formação continuada se organizou por meio de três eixos temáticos: a) mapeando as políticas de Educação Especial na rede municipal de Castelo-ES; b) o atendimento educacional especializado em foco; c) os cuidadores em Educação Especial. Os textos foram disponibilizados com antecedência para que os participantes fizessem análise prévia e reflexões mais profundas de cada tema. Além disso, nos comunicávamos por *e-mail* e por aplicativo de mensagens, visando sanar as eventuais dúvidas.

Vista panorâmica da Cidade de Castelo-ES

FONTE: descubracastelo.com.br

Para a busca dos objetivos dessa pesquisa, elegemos o debate e a construção do conhecimento, sendo definida abordagem de natureza qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, as respostas são subjetivas e os resultados não são expressos por números exatos. São feitos debates para entender um fenômeno em profundidade, identificar

comportamentos e motivações, podendo ser alcançadas contribuições para a melhoria da qualificação docente, com a compreensão de como unir a pesquisa e ensino para obter avanços no processo de ensino-aprendizagem.

MOMENTOS DE FORMAÇÃO

FONTE: PESQUISADOR

3.1. OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram dessa pesquisa a Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES, bem como a equipe responsável pela Educação Especial do município, que serão apresentadas com nomes fictícios:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	TEMPO TRABALHADO
Rosa	Gestora	Pedagoga	Mais de 30 anos
Margarida	Equipe da Educação Especial	Assistente Social	15 Anos
Orquídea	Coordenação da Educação Especial	Pedagoga	Mais de 25 anos
Alamanda	Equipe da Educação Especial	Psicóloga	10 anos
Cravo	Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação	Pedagoga	20 anos
Girassol	Chefe de Departamento da Secretaria	História	15 anos

	Municipal de Educação		
Alfazema	Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação	Pedagoga	25 anos
Antúrio	Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação	Pedagoga	20 anos
Babosa	Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação	Pedagogia	15 anos
Azaleia	Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação	Pedagogia	15 anos

Esses participantes não contribuíram somente para que registrássemos suas falas e depoimentos para depois transcrevermos e interpretarmos. Em pesquisa-ação, como afirma Barbier (2004), os participantes da pesquisa vão se constituindo pesquisadores coletivos, pois considera-se o olhar em foco, as várias vozes, os anseios diversos e o envolvimento mútuo para a busca de novas alternativas/possibilidades, visando o enfrentamento dos desafios existentes no campo de pesquisa, com destaque para o que move a investigação.

3.2 O 1º MOMENTO DE FORMAÇÃO: MAPEANDO AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

Em 10 de setembro de 2019, iniciamos o processo formativo na sede da Secretaria Municipal de Educação, envolvendo os profissionais da equipe técnico-pedagógica. Estavam presentes o autor dessa pesquisa, a orientadora e um professor convidado do Programa de Mestrado Profissional em Educação, da UFES, além das seguintes profissionais: Rosa – a Secretária de Educação; uma assistente social – Margarida; uma psicóloga – Alamanda; a Chefe de Departamento da Secretaria de Educação – Girassol, e as pedagogas: Cravo, Alfazema, Antúrio, Babosa e Orquídea. Compunha a equipe de Educação Especial: Margarida, Alamanda e Orquídea (uma pedagoga que esteve ausente neste primeiro momento formativo).

Apresentamos a importância do Mestrado Profissional, especialmente para o profissional que está na escola, e, sinalizamos que foi por meio desse programa que a pesquisa chegou ao município. Apresentamos a intenção do estudo sobre as Redes de Apoio aos alunos-público-alvo da Educação Especial, mais especificamente, a inserção do cuidador e o desejo de contribuir com o município por meio de reflexões junto aos seus profissionais. O objetivo desse primeiro encontro foi mapear as

políticas públicas do município. Rosa, a secretária de Educação faz um relato sobre os processos formativos:

> Parece que abre os olhos da gente, e começamos enxergar diferente, eu venho de um processo de sala especial dentro da escola, vim de um processo de início de inclusão desses alunos na escola, e foi aquele 'bafafá' dentro da escola, 'porque o aluno não tem condições'. De fato, nossas escolas ainda não estão preparadas para receber esses alunos. Estão em processo de preparação. No início, choca muito e você, como diretora, passa a concordar com aquilo. Depois que eu comecei a participar com as meninas das reuniões, você passa a olhar diferente. Passa a gostar e ver a necessidade (Rosa, Gestora da SEME-CASTELO, 10/09/2019).

A narrativa da gestora, que teve a concordância de todos os participantes, deixou evidenciado a importância dada aos processos de formação. Para esse primeiro encontro traçamos como objetivo: ***cartografar as políticas de Educação Especial implementadas e lançar um olhar crítico-reflexivo sobre as políticas instituídas e instituintes e as necessidades da rede de ensino.***

Fizeram um retrato da Política de Educação Especial do município, falaram sobre os dados, do número de alunos público-alvo da Educação Especial, das principais condições dos alunos, do quantitativo de escolas, de cuidadores e de professores de AEE. Um dado chamou nossa atenção: o número de cuidadores e o de professores de AEE. Diante desse dado, passamos a refletir com o grupo a importância da modalidade de Educação Especial e sobre a composição de redes de apoio necessárias à inclusão dos alunos nas escolas comuns.

> Nós temos muita necessidade de entender o aluno Especial e de superdotação. Quando a gente começa, entendemos que muitos alunos não se enquadram e que aquilo que está sendo passado ali, não interessa...vamos descobrir muitas coisas, tenho certeza. (Técnica da Equipe da Educação Especial, 10/09/2019).

Cada contribuição dos participantes era valorizada e isso fez com que os participantes tivessem a vontade de colaborar, questionar e valorizar a formação. Mediante os debates constituídos acerca das redes de apoio e dos modos como os cuidadores faziam parte dessa rede de ensino, os profissionais envolvidos na pesquisa avaliaram como importante esse processo formativo com os pesquisadores e a Equipe Gestora da Secretaria Municipal de Educação sobre a temática.

Com as reflexões, analisamos as políticas do município e pudemos tensionar a inclusão dos cuidadores nas redes de apoio aos alunos público-alvo da Educação

Especial e os impactos na aprendizagem quando esses profissionais passam a substituir o trabalho de professores de ensino comum e de Educação Especial.

Quais temáticas sustentaram esse primeiro momento de formação?

- A história da Educação Especial em Castelo/ES tem início com atendimentos em classes especiais e instituições especializadas. Todos os alunos que traziam alguma diferença mais significativa (AMARAL, 1988) eram encaminhados a esses espaços-tempos para tentativas de integração nas classes comuns.

- Com a constituição dos movimentos sociais, a promulgação de legislações nacionais (BRASIL, 1988; 1996) e a criação de acordos internacionais (UNESCO, 1990; 1994), movimentos foram constituídos pela Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES para a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas/classes comuns.

- Para a inclusão dos alunos nas escolas/classes comuns, a Secretaria Municipal de Educação de Castelo conta com uma equipe de Educação Especial composta por: uma pedagoga, uma assistente social e uma psicóloga.

- A rede Municipal de Castelo-ES possui 22 escolas, sendo 4 (quatro) escolas de ensino infantil, 1 (uma) de Ensino Infantil conveniada, 16 (dezesseis) de Ensino Infantil e Fundamental e 1 (uma) somente de Ensino Fundamental. Somam juntas o total de 1.333 (mil trezentos e trinta e três) alunos de Educação Infantil e 3.715 (três mil setecentos e quinze) alunos do Ensino Fundamental.

- Nessas escolas, estudam 120 (cento e vinte) alunos público-alvo da Educação Especial com laudo, apoiados por 40 (quarenta) cuidadores e apenas 6 (seis) professores do atendimento educacional especializado (AEE).

- Segundo as normativas nacionais, o profissional do AEE deve ter graduação e especialização na área de Educação Especial para que atue com os professores do ensino comum e os pedagogos e realizem juntos o trabalho pedagógico de mediação com os alunos com deficiências e com transtornos

globais do desenvolvimento que requerem esses cuidados.

- Nesse contexto, analisando a existência de 40 (quarenta) cuidadores em detrimento a 6 (seis) professores de Educação Especial, emerge a necessidade de reflexão sobre: a) quais as atribuições dos cuidadores? b) quais as atribuições dos professores de Educação Especial? c) por que há um número superior de cuidadores em detrimento ao de professores especializados? Quais as consequências pedagógicas em direcionar os apoios aos processos de ensino-aprendizagem dos alunos para os cuidadores? Como compor redes de apoio sem que os profissionais envolvidos não tenham as suas ações/atribuições suprimidas?

- Há a necessidade de problematizar os modos como os cuidadores são assumidos como apoio pedagógico aos alunos público-alvo da Educação Especial pelo fato de a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9.394/96 definir a Educação Especial como modalidade de ensino e os processos de escolarização dos alunos necessitar ser mediado por professores capacitados (diplomados na área da Educação) e especializados (que agregam também conhecimentos relativos à Educação Especial).

- Na rede municipal de Castelo-ES, no que se refere aos serviços de cuidadores, há um processo seletivo simplificado com a nomenclatura de Assistente de Serviços Gerais/Cuidador. Como podemos perceber, não se trata da contratação de professores, mas de outros profissionais sem formação compatível com as questões pedagógicas. Este processo de contratação se iniciou em 2011, e, no ano de 2019, foram disponibilizadas 20 vagas.

- Para ocupação da função de assistentes de serviços gerais/cuidador, o candidato deve ter no mínimo 18 anos e possuir o Ensino Médio concluído. Diante desse cenário, nos perguntamos: Com essa formação, esse profissional terá como apoiar os alunos nas atividades de cunho pedagógico? Terá como colaborar pedagogicamente com os professores da classe comum? Tal questionamento se fundamenta em normatizações produzidas pela Secretaria Municipal de Castelo, como o Edital elaborado, em 2019, para tais

contratações. Segundo o documento, esses profissionais devem realizar as seguintes atividades com os alunos:

> [...] realizar curativos simples e de emergência, utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições estabelecidas, bem como ministrar, de acordo com a prescrição médica, remédios e tratamentos que não exijam conhecimentos especializados; promover, nos horários determinados, a higiene corporal e bucal das crianças, dando banho, trocando fraldas e roupas, entre outras ações, relacionadas aos serviços de educação infantil e especial; confeccionar materiais destinados à recreação e decoração do local de trabalho; **colaborar e participar** de festas, eventos comemorativos, **atividades lúdicas das crianças**, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao recreio e outras atividades extraclasse desenvolvidas nas creches no Município; **dar apoio aos professores no que concerne a projetos e atividades a que se propõem realizar**; executar tarefas de apoio e administrativas sempre que solicitado pela direção da escola [...] (CASTELO, 2018, p. 05, grifos nossos).

- Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, os cuidadores deveriam apoiar os alunos nas seguintes demandas: “[...] monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (BRASIL, 2008, p. 10).

- Na função de cuidadores, na rede municipal de Castelo-ES, esses profissionais acabam adentrando o campo pedagógico, sendo responsabilizados por prestar apoio aos processos de ensino-aprendizagem aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ação que deveria ser assumida por professores especializados em ações de colaboração com os denominados capacitados (regentes de classe comum).

- Podemos perceber que esses profissionais têm muitas funções. Além das especificadas na legislação, podemos constatar a assunção de atividades de caráter pedagógico. Quando adentramos o ambiente escolar, especialmente da sala de aula, percebemos que os cuidadores – que deveriam auxiliar na alimentação, higiene e locomoção dos alunos público-alvo da educação especial –, muitas vezes, têm assumido atribuições docentes, tarefa para qual não possuem formação.

- Além disso, todos os professores do atendimento educacional especializado têm contrato temporário. Isso gera uma rotatividade de profissionais que não contribui com os processos de uma educação inclusiva. Outra situação que merece análise é o barateamento, consequentemente, a precarização da educação. Quando se contrata profissionais com nível de formação menor e salário menor, em um número seis vezes maior do que o professor do atendimento educacional especializado, percebemos como a modalidade de Educação Especial passa ser significada: para alunos com poucas possibilidades de aprendizagem, dentro de uma lógica capitalista/neoliberal, basta profissionais sem a devida qualificação e remuneração.

- Há investimentos na formação dos profissionais da Educação, no entanto, tal política precisa ganhar o tom de contínuo e relacionar o conhecimento produzido pela modalidade de Educação Especial e às questões que atravessam a aprendizagem dos alunos na escola/classe comum.

A reflexão sobre tais assuntos nos ajudaram a pensar que o aluno está na escola para aprender, como afirma Meirieu (2005). A função primeira da escola é trabalhar realizando essa ação mediadora. Necessitamos de estratégias diferenciadas para envolvimento dos alunos nos currículos escolares, assim como para atendimento às necessidades específicas de aprendizagem. Para tanto, precisamos contar com uma rede de apoio que crie condições para esses sujeitos aprenderem, sem a promoção da substituição de funções/atribuições.

3.3 O 2º MOMENTO DE FORMAÇÃO: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL EM FOCO

No segundo momento de formação, a equipe envolvida na pesquisa refletiu sobre o texto “O ‘especial’ na Educação, o Atendimento Especializado e a Educação Especial”, de autoria de Mônica de Carvalho Magalhães Kassar e Andressa Santos Rebelo (2011). Iniciamos, pontuando a base das reflexões das autoras: a historicidade da incorporação da Educação Especial na Educação Nacional e como foi sendo realizada a oferta do atendimento educacional especializado na escolarização dos

alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A partir do texto, os participantes da pesquisa ampliaram seus saberes-fazeres e constituíram conhecimentos sobre a modalidade de Educação Especial. Refletiram que na história da Educação Especial brasileira, de modo geral, a “educação especializada” sempre se mostrou presente. Para tanto, existiram dois campos de oferta de atendimentos: a) classes especiais; b) instituições especializadas.

Os participantes da pesquisa dialogaram com a legislação educacional. Em 1961, promulga-se a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 e sobre a Educação Especial fora sinalizado: a) a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação a fim de integrá-los na sociedade (BRASIL, 1961, art. 88). Toda iniciativa privada, considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação e relativa à educação de excepcionais, receberia tratamento especial mediante bolsa de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, art. 89).

Refletiram também sobre a Lei 5.292/71, complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, que trazia os seguintes encaminhamentos para as políticas de Educação Especial: os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (grifo nosso) (BRASIL, 1971, art. 9º). Assim, puderam analisar que, entre a Lei 4.024/61 e a Lei 5.692/71, ocorreu a ausência de documentos específicos para a Educação Especial.

Em 1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), inicia-se a publicação de documentos e a abertura para o aparecimento de *discussões sobre o atendimento especializado.* A Portaria Interministerial nº 186/78, publicada em conjunto pelos Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e da Previdência e Assistência Social (MPAS), sinaliza a oferta de serviços especializados. No entanto, trazia como objetivos: ampliar oportunidades de atendimento especializado, de natureza médico-psicossocial e educacional para excepcionais, a fim de possibilitar sua integração social.

A Portaria Interministerial nº 186/78 apontava a oferta do atendimento especializado,

porém, traçava uma “meta mínima” a ser atingida por esses alunos. Com isso, formava-se dois grupos de alunos: a) reabilitação - Atividades de Vida Diária (AVD) - para os mais comprometidos; b) benefício da Educação Especial para os que tinham possibilidades de participação social. Havia grande indefinição quanto ao público-alvo da Educação Especial. O diagnóstico era o termômetro para definir os alunos e os encaminhamentos dados, além de influenciar na educação ofertada e na ideia de quem podia ou não aprender.

No desenrolar das discussões, o grupo discutia a Criação da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e a Secretaria de Educação Especial (SESPE). Esta última em substituição ao CENESP. Nesse contexto, um dos documentos publicados pela SESPE dizia que a Educação Especial era parte integrante da Educação e, no entanto, era o Atendimento Educacional Especializado o responsável por promover o pleno desenvolvimento do educando.

Diante disso, os participantes da formação refletiam: a) O AEE é o meio para o aluno se desenvolver. Como fica a Educação nesta discussão? b) Ele substitui um processo amplo de formação que é o desenvolvimento humano; c) Trata-se das especificidades dos alunos. Como fica o acesso aos bens culturais de maneira mais ampla? Refletiam que, nessa época, ainda era possível trabalhar com o AEE em substituição à escola. O AEE precisava ser organizado de maneira integrada às ações médico-psicossociais e assistenciais.

O aprofundamento das discussões do grupo levou à Constituição Federativa do Brasil, de 1988, na qual dispõe que a Educação é um direito de todos e o Atendimento Educacional Especializado passa a ser ofertado, preferencialmente, na rede regular de ensino. O direito à Educação era uma ação ainda nova e, com isso, o termo “preferencialmente” era interpretado como se o AEE pudesse substituir os processos de escolarização. Tal legislação também não trouxe uma definição para o AEE e como ele seria ofertado.

Convidamos o grupo a relacionar os movimentos feitos de escolas inclusivas no Brasil com movimentos internacionais. Em 1990, tivemos a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO) e, em 1994, a Declaração de Salamanca (UNESCO). Nesses documentos, não há identificação explícita da Educação Especial e nem da oferta do AEE. As necessidades educacionais especiais devem ser

atendidas dentro do sistema comum de ensino e muitos afirmam que as necessidades especiais requerem atenção especial, sendo preciso criar igualdade de condições de acesso à escola.

Com isso, o grupo refletia o quanto a Política Nacional de Educação Especial de 1994 mostrava-se excludente, pois falava do apoio pedagógico especializado, mas nos moldes do atendimento médico e psicossocial. No entanto, com a LDB n. 9.394/96, é reafirmada a Educação como um direito público e subjetivo; a Educação Especial uma modalidade de ensino e; as instituições especializadas foram chamadas a se adequarem por não poderem substituir as escolas comuns.

O atendimento educacional especializado (AEE) é dever do Estado, garantido com a Educação pública para todos os alunos. Também aparece na discussão da formação dos professores: professores especializados e professores com formação. Deve ser oferecido em classes, escolas ou serviços especializados, quando não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular, em função das condições específicas dos alunos.

Com a Resolução n. 2/2001, também foi garantido serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante a atuação colaborativa de professor especializado em Educação Especial. Em 2003, com objetivo de transformar os sistemas de ensino em sistemas inclusivos, foram promulgados vários documentos. Destaque para o documento “Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado”, publicado, pela primeira vez, em 2006 (BRASIL). O foco do AEE passa a ser as salas de recursos multifuncionais.

Em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, surgem novas definições para os alunos apoiados pela modalidade de Educação Especial: a) reafirma-se a escola como lócus de aprendizagem para dos alunos; b) há o entendimento de que o AEE não é substitutivo à escola comum, mas, sim, ações que complementam ou suplementam o acesso ao currículo. Para a oferta desses serviços foram promulgados a Resolução n. 4/2009 e o Decreto n. 7.611/2011, sinalizando que o AEE precisa fazer parte da proposta pedagógica da escola.

Dialogar com Kassar e Rabelo (2011) possibilitou ao grupo refletir sobre as lutas firmadas visando à garantia do direito à Educação às pessoas público-alvo da Educação Especial, e, a importante e imprescindível necessidade de redes de apoio

para o acesso aos currículos escolares em atendimento às necessidades específicas.

3.4 O 3º MOMENTO DE FORMAÇÃO: OS CUIDADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

O terceiro momento formativo constituiu-se em 11 de dezembro de 2019. Refletimos a partir do artigo “Ação Pedagógica e Educação Especial: para além do AEE”, de Claudio Roberto Baptista (2011). Além disso, trabalhamos com outro texto intitulado “Professores de Educação Especial e Cuidadores: atravessamentos nas Políticas de Formação Continuada”, de Alexandro Braga Vieira, Clayde Aparecida Belo da Silva Mariano e Conceição Aparecida Corrêa Martins (2020).

Nesse terceiro momento, discutimos as redes de apoio e a importância de o atendimento educacional especializado se apresentar como plural em possibilidades de ação, para além das salas de recursos multifuncionais e complementar/suplementar ao trabalho pedagógico da classe comum, portanto, não substitutivo (BAPTISTA, 2011).

Discutimos a importância da criação de redes de apoio de modo que o planejamento e a articulação entre a educação especializada e a educação comum seja um fator presente na inclusão de todos os estudantes apoiados pela modalidade de Educação Especial (BAPTISTA, 2011; VIEIRA, 2012; GHIDINI, 2020).

> No que se refere ao AEE espero que fique claro que defendo uma prática do educador especializado que não se restrinja a um espaço físico e não seja centralizado em um sujeito a ser “corrigido”, mas que seja uma ação plural em suas possibilidades e suas metas, sistêmicas ao mirar (e modificar) o conjunto de relações que contribuem para a estagnação do sujeito e sua provável dificuldade de aprendizagem e desenvolvimento (BAPTISTA, 2011, p. 13).

A partir das discussões desta formação, o grupo pode refletir sobre os seguintes conhecimentos sobre a oferta do atendimento educacional especializado como redes de apoio à escolarização dos alunos:

- Pela Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da inclusão escolar (BRASIL, 2008), a ação pedagógica do professor do AEE tem como lócus de trabalho: a sala de recursos multifuncionais. A partir dessa orientação,

esses atendimentos se realizam no contraturno por meio de intervenções individuais ou grupais a serem agendadas pelos docentes em atuação no AEE. Esses serviços, conforme preceitua a PNEE/2008 devem fazer parte da proposta pedagógica das escolas.

- No entanto, a pesquisa em Educação Especial (BAPTISTA, 2011; VIEIRA, 2012; GHIDINI, 2020) aponta que cabe ao AEE traçar um conjunto de metas a dar suporte à escolarização dos alunos nos diversos espaços-tempos escolares em que se realiza o trabalho pedagógico. Portanto, as salas de recursos multifuncionais se colocam como um dos ambientes, mas não o único.

- Dentre as ações pedagógicas subsidiadas pelo atendimento educacional especializado, na concepção de Baptista (2011), podemos destacar: a preparação de materiais/recursos; o planejamento/mediação das práticas pedagógicas; a orientação aos professores regentes; a criação de redes de colaboração na classe comum; o atendimento aos alunos nas salas de recursos multifuncionais (contraturno); a colaboração nos momentos de formação em contexto e nos espaços de planejamento; as orientações às famílias; a elaboração de planos de atendimento educacional especializado; a participação nos Conselhos de Classe; a participação na elaboração da proposta curricular e no Projeto Político-Pedagógico da escola, dentre outros (GUIDINI, 2020, p. 19).

- Mediante a pluralidade de ações que podem/devem ser assumidas pelo atendimento educacional especializado, fica evidente que ele não pode ser resumido às salas de recursos multifuncionais. As atividades desenvolvidas precisam ser assumidas por professores especializados, conforme preceitua a LDB n. 9.394/96 e a Resolução n. 4/2009 (que trata da oferta do AEE) e, por isso, não é possível apostar que ações de tamanha complexidade serão assumidas por cuidadores, tendo em vista estes não possuem formação para tal e nem mesmo atribuições legais nesta dimensão.

- Diante disso, é importante potencializar a contratação de professores de Educação Especial e investir na formação dos professores do ensino comum, criando meios para que esses profissionais adensem seus saberes e rompam com os pressupostos da falta de preparo e da inexistência de nenhum conhecimento de cunho curricular e didático necessário à mediação do trabalho pedagógico com os alunos público-alvo da Educação Especial.

- O atendimento educacional especializado precisa estar onde o aluno estiver. Os cuidadores precisam assumir as suas funções/atribuições, assim como os professores do ensino comum e aqueles de Educação Especial. Há sérios atravessamentos nas políticas de formação continuada quando se prioriza a contratação/formação dos cuidadores em detrimento da formação do professor de Educação Especial, barateando a Educação às custas de sua precarização.

- Essa troca de função promove a desqualificação da Educação Especial, pois, muito embora o salário de professor não seja atrativo, quando comparado ao de cuidador, possui valor superior. É o cuidar desconectado do educar. O cuidar na Educação é um ato pedagógico, mas isso não significa que ao contratar o cuidador, desresponsabilizamos as Secretarias de Educação em promover a contratação de professores de Educação Especial.

- Precisamos compor uma rede de apoio com os vários profissionais necessários. Importa fazer a tradução (SANTOS, 2006) dos vários conhecimentos, experiências e atribuições que constituem essa rede. Como a Secretaria de Educação é a propulsora das políticas de Educação, é fundamental que ela compreenda essa assertiva e que reafirme tal questão com as escolas.

É fundamental ter o cuidado de não constituir redes de apoio “mais baratas” para a Educação Especial, direcionando os apoios pedagógicos e a própria formação continuada para o cuidador, conforme chama a atenção Vieira, Correia e Mariano (2020). Além disso, há de se romper com um círculo vicioso presente na escola: certa “pseudossatisfação” trazida pela presença dos cuidadores ao assumir os apoios

pedagógicos em Educação Especial. E, ainda, famílias, secretaria de educação, professores do ensino comum estão “satisfeitos” com tal política que camufla a negação dos apoios necessários ao usufruto do direito à Educação, conforme ensinado por Vieira, Correia e Martins (2020).

Avaliamos os três momentos de formação como positivos, pois foram cumpridos os objetivos, além de ajudar os profissionais envolvidos a refletirem sobre a política educacional do município e problematizar como os cuidadores são assumidos pelas unidades de ensino. Destacam-se, principalmente, os modos como os cuidadores vêm sendo incorporados às redes de apoio em Educação Especial e as implicações de tal política nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos.

De posse do conceito de Santos (2007), a corrente fria e a corrente quente, fechamos o procedimento de formação conscientes dos inúmeros obstáculos que precisaremos transpor para termos (na prática) uma escola que caiba todos. Sabedores desses obstáculos, por meio da pesquisa, dos investimentos em estudos para os professores, redes de apoio articuladas, fortalecimento das lutas, dentre outras, poderemos ultrapassar o que quer nos dividir e nos afastar do usufruto dos vários direitos humanos.

Saímos dos encontros com um pouco mais de conhecimento. Aprendemos o quanto se mostra perigoso simplificar as ações dos professores de AEE a um espaço físico. Aprendemos o quanto não podemos trabalhar em função de uma concepção de aluno que precisa ser corrigido. Necessitamos assumir o AEE como uma ação mais ampla, ou seja, redes de apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial nas várias ações pedagógicas planejadas e desenvolvidas pelas escolas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, dialogamos com a Secretaria Municipal de Educação de Castelo-ES para pensar as redes de apoio dos alunos público-alvo da Educação Especial a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa-ação colaborativa crítica. Com esta proposta, buscamos a perspectiva de produzir novos saberes-fazeres sobre o trabalho dos cuidadores escolares nos processos de escolarização de alunos público-alvo da Educação Especial. Com isso, buscamos contribuir para que os alunos apoiados pela modalidade de ensino encontrem mais possibilidades de serem incluídos nas escolas, com matrícula, permanência e aprendizagem.

No primeiro encontro formativo, pudemos conhecer a rede de ensino e compor um processo de reflexão crítica sobre as políticas de Educação Especial implementadas. Fizemos um retrato da Política de Educação Especial do município. Trouxemos relatos sobre o histórico da Educação Especial na municipalidade e a importância de se estabelecer as redes de apoio, pensando os cuidadores não como substitutivos aos professores de Educação Especial. Procuramos subsídios para problematizar o processo discriminatório vivido pelos alunos público-alvo da Educação Especial e a relevância de se assumir a Educação desses estudantes como um direito público e subjetivo.

O segundo encontro possibilitou ao grupo conhecer um pouco mais da história da Educação Especial, precisamente, a incorporação do atendimento educacional especializado na escolarização dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Já o terceiro, elaboramos uma concepção mais ampla de AEE para além das salas de recursos multifuncionais e os cuidados para não fazer dos cuidadores uma política mais “barata” para a Educação Especial.

Todo o debate foi transpassado pelas contribuições de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2008) e autores do campo da Educação Especial. Segundo Santos, o conhecimento moderno é nutrido por uma epistemologia monocultural, denominada *razão indolente*. Essa racionalidade coloca o saber científico como o único saber válido, eliminando vários outros conhecimentos construídos socialmente. No caso das

unidades de ensino, essa racionalidade define os conhecimentos a serem incorporados nos currículos escolares, eliminando aqueles que não representam ou não respondem aos anseios dos grupos hegemônicos.

Os saberes dos alunos pertencentes aos grupos hegemônicos são definidos como ideais, já que para a *razão indolente* são eles que importam à escola. Os demais saberes, como os dos alunos público-alvo da Educação Especial, são invisibilizados, tidos como descartáveis. O principal objetivo da *razão indolente* é a manutenção do *status* dos grupos hegemônicos detentores do capital intelectual e financeiro.

A *razão indolente* cria linhas abissais que dividem o mundo em duas partes. De um lado, a parte visível, aloja todas as pessoas que estão dentro de um padrão estabelecidos pela sociedade. Do outro lado, estão todos que não têm o seu conhecimento validado por esse grupo hegemônico. Procuramos nos aproximar desses conceitos, e, evidentemente, não precisaremos de muito esforço para compreender de que lado da linha estarão os alunos público-alvo da Educação Especial, bem como suas demandas de aprendizagens e de conhecimentos.

Para abalar essa linha abissal e visibilizar esses alunos, necessitamos que o procedimento pedagógico seja feito por profissionais com formação (professores regentes, da educação especial e pedagogos) apoiado por uma rede, em que se insere o cuidador, para auxiliar esses alunos em necessidades de locomoção, higienização e alimentação.

Assim, discutimos as redes de apoio e a importância do atendimento educacional especializado apresentar-se como complementar/suplementar ao trabalho pedagógico da classe comum e não substitutivo. Discutimos a importância da criação de redes de apoio de modo que o planejamento e a articulação entre a educação especializada e a educação comum seja um fator necessário à inclusão de todos e todas. Nesse sentido, emerge a impossibilidade de o AEE ser reduzido às atividades realizadas nas salas de recursos multifuncionais, tendo em vista ser amplo em possibilidades de ação pedagógica.

ncluímos o trabalho defendendo serem fundamentais os investimentos na formação continuada da Equipe Gestora, pois, por vezes, nos preocupamos somente com a

formação para os profissionais das escolas e, no entanto, há de se pensar: quem impulsiona as políticas é essa equipe, logo, esta precisa ter o entendimento das especificidades da questão para melhor contribuir com a formação daqueles que atuam nas escolas.

O estudo aponta que os cuidadores são importantes, mas que não devem suprimir as ações dos professores especializados em Educação Especial, tendo em vista existir a necessidade do cuidar, porém, atrelada ao direito de aprender. Diante disso, há de se investir em ações que priorizem a formação de redes de apoio aos alunos público-alvo da Educação Especial, por sua vez composta por diversos profissionais: professores regentes, professores de Educação Especial, pedagogos e cuidadores, dentre outros, sem substituição de funções, sem o barateamento e, consequentemente, a precarização da educação ofertada aos alunos público-alvo da Educação Especial.

Assim, terminamos esse caderno informativo com a música de Renato Luciano, intitulada “De toda Cor”, pois o autor chama a atenção para diversidade humana e como essa pluralidade se mostra potente, apontando como somos diversos, mas com direitos, dentre os quais, o de existência e o de sermos respeitados como humanos. Eis a canção:

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou amarelo claro
Sou meio errado
Pra lidar com amor
No mundo tem tantas cores
São tantos sabores

Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou ciumento, quente, friorento
Mudo de opinião
Você é a rosa certa
Bonita e esperta
Segura na minha mão

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Que o mundo é sortido
Toda vida soube
Quantas vezes
Quantos versos de mim em minh'alma houve
Árvore, tronco, maré, tufão, capim, madrugada, aurora, sol a pino e poente
Tudo carrega seus tons, seu carmim
O vício, o hábito, o monge
O que dentro de nós se esconde
O amor
O amor
A gente é que é pequeno
E a estrelinha é que é grande
Só que ela tá bem longe
Sei quase nada meu Senhor
Só que sou pétala, espinho, flor
Só que sou fogo, cheiro, tato, plateia e ator

Água, terra, calmaria e fervor
Sou homem, mulher
Igual e diferente de fato
Sou mamífero, sortudo, sortido, mutante, colorido, surpreendente, medroso e estupefato
Sou ser humano, sou inexato

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou amarelo claro
Sou meio errado pra lidar com amor
No mundo tem tantas cores
São tantos sabores
Me aceita como eu sou

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

Eu sou ciumento, quente, friorento, mudo de opinião
Você é a rosa certa, bonita e esperta
Segura na minha mão

Passarinho de toda cor
Gente de toda cor
Amarelo, rosa e azul
Me aceita como eu sou

5- REFERÊNCIAS

AMARAL, L.A. **Do olimpo ao mundo dos mortais**. São Paulo: Edmetec. 1988.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, v. 17, n. 1, mai./ago. 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.6., 2011ª, São Carlos. **Anais** [...]. Nova Almeida/Serra-ES: UFES,UFRGS, UFSCar, 2011, p.1-16. CD-ROM.

BARBIER, Renné. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n. 4.024/61**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. INEP. **Lei Educacional n. 5.692/71**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Portaria Interministerial n. 186/78, de 10 de março de 1978**. Brasília, 1978.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**. CNE/CEB. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL, **Sala de Recursos Multifuncionais**. Espaço de atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n.4, de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para O Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial.** Brasília, 2009

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. 2011.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 182, de 5 de abril de 2017.** Reconhece os programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Brasília: MEC, 2017

BRASIL. **Portaria MEC 1359, de 18 de** Dezembro **de 2018**. Reconhece os programas de pós-graduação stricto sensu, recomendados pelo Conselho Técnico-Científico

(CTC) da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Brasília: MEC, 2018

BURCHERT, Amanda. **O profissional de apoio no processo de inclusão de aluno público-alvo da educação especial no ensino fundamental**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade La Salle, Canoas.

CARVALHO, Agda Malheiro Ferraz de. **Atuação profissional do agente de inclusão escolar**: um estudo sobre os sentidos e significados de um deles. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação: Psicologia em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CASTELO. Secretaria Municipal de Educação. **Processo seletivo simplificado**, Edital n.05, de 25 de outubro de 2018. Disponível em: castelo.es.gov.br. Acesso em: 23 dez. 2019,

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Libero Editora, 2005.

GUIDINI, S.S.G. **O atendimento educacional especializado como ação pedagógica em educação especial.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

KASSAR, M.C.M.; REBELO, A.S. O ‘especial’ na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃOESPECIAL. PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: MULTIPLICIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, 6., nova Almeida/Serra – ES. **Anais[...]** v. 1. Nova Almeida: UFES, UFRGS, UFSCar, 2011. P.1-

17. CD-Rom.

LAVOIE, Louisette; MARQUIS, Danielle; LAURIN, Paul. La recherche-action. Théorie et pratique: manuel d'autoformation. Québec: Press de l'Université du Québec, 1965.

MARTINS, Silvia Maria. **O profissional de apoio na rede regular de ensino**: A precarização do Trabalho com a Educação Especial. 2011, Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula**: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENANDRO, P. R. M. Réplica 2 - Mestrado Profissional, você sabe com quem está falando?. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 2, pp. 367-371, mar./abr. 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, Salamanca-Espanha. 1994.

VIEIRA, A. B. **Currículo e educação especial**: As ações da escola a partir dos diálogos cotidianos. 2012. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

VIEIRA, A.B.; MARIANO, C.A.B.S; MARTINS, C.A.C. Professores da Educação

Especial e cuidadores: atravessamentos da Política de formação continuada. **Docência e inclusão escolar: percurso de formação e de pesquisa.** p.43-60. Marília-SP: ABPEE, 2020.